****

**FACULDADE CATÓLICA DE BELÉM-FACBEL**

**CURSO DE FILOSOFIA**

**PROFESSOR: ANICETO CIRINO DA SILVA FILHO**

**ALUNO(A)..............................................................................................TURMA: ......................**

**ANANINDEUA-Pa. ........... DE MARÇO DE 2020**

**AULA 3: As diversas formas de compreensão da realidade: tipos de conhecimento**

**A PREOCUPAÇÃO COM O CONHECIMENTO** (CHAUÍ, 2005 p.121-124)

**O conhecimento e os primeiros filósofos**

Quando estudamos o nascimento da Filosofia na Grécia, vimos que os primeiros filósofos – os pré-socráticos – dedicavam-se a um conjunto de indagações principais: “Por que e como as coisas existem, “O que é o mundo?”, “Qual a origem da natureza e quais as causas de sua transformação?. Essas indagações colocavam no centro a pergunta: “O que são as coisas?”. Pouco a pouco essa pergunta passou a ser assim formulada: “O que é o Ser?”.

A palavra *ser,* em português, traduz a palavra latina *esse* e a expressão grega *tà ónta*. A palavra latina *esse* é o infinitivo de um verbo, o verbo ser. A expressão grega *tà ónta* quer dizer: “as coisas existentes, os entes, os seres”. No singular, *tà ónta* se diz *tò ón*, cuja tradução é “o Ser”. Os primeiros filósofos ocupavam-se com a origem e a ordem do mundo, o *kósmos*, e a filosofia nascente era uma *cosmologia*. Pouco a pouco, passou-se a indagar o que era o próprio *kósmos*, qual era o princípio eterno que ordenava todas as coisas e que permanecia imutável sob a multiplicidade e transformação delas. Esse princípio era concebido como o fundo imperecível presente em todas as coisas, fazendo-as existir tais como são. Esse fundo presente em todas as coisas é o ser. Assim, passou-se a perguntar qual era e o que era o ser, *tò ón*,subjacente a todos os seres. Com isso, a filosofia nascente tornou-se **ontologia**, isto é, conhecimento ou saber sobre o ser.

Por esse mesmo motivo, alguns estudiosos consideram que os primeiros filósofos não tinham uma preocupação principal com o conhecimento como conhecimento, isto é, não indagavam se podemos ou não conhecer o Ser, mas partiam da pressuposição de que o podemos conhecer, pois a verdade, sendo *alétheia*, isto é, presença e manifestação das coisas para os nossos sentidos e para o nosso pensamento, significa que o Ser está manifesto e presente para nós e, portanto, nós o podemos conhecer.

Todavia, a opinião de que os primeiros filósofos não se preocupavam com nossa capacidade e possibilidade de conhecimento não é exata. Para tanto, basta levarmos em conta o fato de afirmarem que a realidade (o Ser, a natureza) é racional e que a podemos conhecer porque também somos racionais; nossa razão é parte da racionalidade do mundo, dela participando.

**Heráclito, Parmênides e Demócrito**

Alguns exemplos indicam a existência da preocupação dos primeiros filósofos com o conhecimento e, aqui, tomaremos três: Heráclito de Éfeso, Parmênides de Eléia e Demócrito de Abdera.

Heráclito de Éfeso considerava a natureza (o mundo, a realidade) um “fluxo perpétuo”, o escoamento contínuo dos seres em mudança perpétua. Dizia:“Não podemos banhar-nos duas vezes no mesmo rio, porque as águas nunca são as mesmas e nós nunca somos os mesmos”. Comparava o mundo à chama de uma vela que queima sem cessar, transformando a cera em fogo, o fogo em fumaça e a fumaça em ar. O dia se torna noite, o verão se torna outono, o novo fica velho, o quente esfria, o úmido seca, tudo se transforma no seu contrário. O mundo é um processo incessante de transformação em que cada ser está à caminho de seu contrário; cada ser é um movimento em direção ao seu contrário.

A realidade, para Heráclito, é a harmonia dos contrários, que não cessam de se transformar uns nos outros. Se tudo não cessa de se transformar perenemente, como explicar que nossa percepção nos ofereça as coisas como se fossem estáveis, duradouras e permanentes? Com essa pergunta o filósofo indicava a diferença entre o conhecimento que nossos sentidos nos oferecem e o conhecimento que nosso pensamento alcança, pois nossos sentidos nos oferecem a imagem da estabilidade e nosso pensamento alcança a verdade como mudança contínua.

Parmênides de Eléia colocava-se na posição oposta à de Heráclito. Dizia que só podemos pensar sobre aquilo que permanece sempre idêntico a si mesmo, isto é, que o pensamento não pode pensar sobre coisas que são e não são, que ora são de um modo e ora são de outro, que são contrárias a si mesmas e contraditórias.

Conhecer é alcançar o idêntico, imutável. Nossos sentidos nos oferecem a imagem de um mundo em incessante mudança, num fluxo perpétuo, onde nada permanece idêntico a si mesmo, onde tudo se torna o contrário de si mesmo: o dia vira noite, o inverno vira primavera, o doce se torna amargo, o pequeno vira grande, o grande diminui, o doce se torna amargo, o pequeno vira grande, o grande diminui, o doce amarga, o quente esfria, o frio se aquece, o líquido vira vapor ou vira sólido.

Como pensar o que é e o que não é ao mesmo tempo? Como pensar o instável?

Como pensar o que se torna oposto e contrário a si mesmo? Não é possível, dizia Parmênides. Pensar é apreender um ser em sua identidade profunda e permanente. Com isso, afirmava o mesmo que Heráclito – perceber e pensar são diferentes -, mas o dizia no sentido oposto ao de Heráclito, isto é, percebemos mudanças impensáveis e devemos pensar identidades imutáveis.

Demócrito de Abdera desenvolveu uma teoria sobre o Ser ou sobre a natureza conhecida com o nome de **atomismo**: a realidade é constituída por átomos. Apalavra *átomo* tem origem grega e significa “o que não pode ser cortado ou dividido”, isto é, a menor partícula indivisível de todas as coisas. Os seres surgem por composição dos átomos, transformam-se por novos arranjos dos átomos e morrem por separação dos átomos.

Os átomos, para Demócrito, possuem formas e consistências diferentes (redondos, triangulares, lisos, duros, moles, rugosos, pontiagudos, etc.) e essas diferenças e os diferentes modos de combinação entre eles produzem a variedade de seres, suas mudanças e desaparições. Através de nossos órgãos dos sentidos, percebemos o quente e o frio, o doce e o amargo, o seco e o úmido, o grande e o pequeno, o duro e o mole, sabores, odores, texturas, o agradável e o desagradável, sentimos prazer e dor, porque percebemos os efeitos das combinações dos átomos que, em si mesmos, não possuem tais qualidades (isto é, não são doces nem amargos, nem azuis nem verdes, nem grandes nem pequenos, pois são as mesmas partículas materiais existentes).

Somente o pensamento pode conhecer os átomos, que são invisíveis para nossa percepção sensorial. Dessa maneira, Demócrito concordava com Heráclito e Parmênides em que há uma diferença entre o que conhecemos por meio de nossa percepção e o que conhecemos apenas pelo pensamento; porém, diversamente dos outros dois filósofos, não considerava a percepção ilusória, mas apenas um efeito da realidade sobre nós. O conhecimento sensorial ou sensível é tão verdadeiro quanto aquilo que o pensamento puro alcança, embora de uma verdade diferente e menos profunda ou menos relevante do que aquela alcançada pelo puro pensamento.

Esses três exemplos nos mostram que, desde os seus começos, a Filosofia preocupou-se com o problema do conhecimento, pois sempre esteve voltada para a questão do verdadeiro. Desde o início, os filósofos se deram conta de que nosso pensamento parece seguir certas leis ou regras para conhecer as coisas e que há uma diferença entre perceber e pensar. Pensamos com base no que percebemos ou pensamos negando o que percebemos? O pensamento continua, nega ou corrige apercepção? O modo como os seres nos aparecem é o modo como os seres realmente são?

**Sócrates e os sofistas**

Preocupações como essas levaram, na Grécia clássica, a duas atitudes filosóficas: a dos sofistas e a de Sócrates – com eles, os problemas do conhecimento tornaram-se centrais.

Diante da pluralidade e dos antagonismos das filosofias anteriores, ou dos conflitos entre as várias ontologias, os sofistas concluíram que não podemos *conhecer*o Ser, pois se pudéssemos, pensaríamos todos da mesma maneira e haveria uma única filosofia, uma vez que a verdade é universal e a mesma para todos os humanos. Consequentemente, só podemos ter *opiniões subjetivas* sobre a realidade.

Por isso, para se relacionarem com o mundo e com os outros humanos, os homens devem valer-se de um outro instrumento – a linguagem – para persuadir os outros de suas próprias ideias e opiniões. A verdade é uma questão de opinião e de persuasão, e a linguagem é mais importante do que a percepção e o pensamento.

Em contrapartida, Sócrates, distanciando-se dos primeiros filósofos – que se ocupavam em conhecer a natureza –, propunha começar pelo oráculo de Delfos, isto é, pelo “conhece-te a ti mesmo”, e opondo-se aos sofistas, afirmava que a verdade pode ser conhecida, desde que compreendamos que precisamos começar afastando as ilusões dos sentidos, as imposições as imposições das palavras e a multiplicidade das opiniões. Possuímos uma alma racional e que nos assegura que podemos alcançar a verdade e que a alcançamos apenas pelo pensamento, isto é, pela atividade de nossa razão. Como as ideias são inatas em nossa alma racional, conhecer-se a si mesmo é fazer o trabalho para o parto ou nascimento das idéias e auxiliar os demais a realizar esse parto.

Os órgãos dos sentidos, diz Sócrates, nos dão somente as aparências das coisas e as palavras, meras opiniões sobre elas. A marca da aparência e da opinião é sua variabilidade: varia de pessoa para pessoa e varia num mesmo indivíduo. Mas não só varia: também se contradiz. Conhecer é começar a examinar as contradições das aparências e das opiniões para poder abandoná-las e passar da aparência à essência, da opinião ao conceito. O exame das opiniões é aquele procedimento que Sócrates chamava de *ironia*, com o qual o filósofo conseguiria que seus interlocutores reconhecessem que não sabiam o que imaginavam saber; o parto das idéias era a *maiêutica* (palavra grega que significava “parto”), com o qual, graças a perguntas adequadas feitas pelo filósofo, o interlocutor encontrava em sua alma racional a idéia verdadeira ou a essência da coisa procurada.

**Platão e Aristóteles**

Sócrates fez a Filosofia voltar-se para a capacidade de conhecer e indagar quais as causas das ilusões, dos erros, do fato e da mentira. Platão e Aristóteles herdaram de Sócrates o procedimento filosófico de abordar uma questão começando pela discussão e pelo debate das opiniões contrárias sobre ela. Além disso, passaram a definir as formas de conhecer e as diferenças entre o conhecimento verdadeiro e a ilusão, introduzindo na filosofia a ideia de que existem diferentes maneiras de conhecer ou graus de conhecimento.

Platão distingue quatro formas ou graus de conhecimento, que vão do grau inferior ao superior: crença, opinião, raciocínio e intuição intelectual. Os dois primeiros graus formam o que ele chama de *conhecimento sensível*, enquanto os dois últimos formam o *conhecimento inteligível*. A crença é nossa confiança no conhecimento sensorial: cremos que as coisas são tais como as percebemos em nossas sensações. A opinião é nossa aceitação do que nos ensinam sobre as coisas ou o que delas pensamos conforme nossas sensações e lembranças. Esses dois primeiros graus de conhecimento nos oferecem apenas a aparência das coisas ou suas imagens (são as sombras das coisas verdadeiras) e correspondem à situação dos prisioneiros da caverna. Por serem ilusórias, esses dois graus devem ser afastados pelas pessoas que buscam o conhecimento verdadeiro, pois este diz respeito às *essências* das coisas; portanto somente os dois últimos graus devem ser considerados válidos. O raciocínio – que, para Platão, se realiza de maneira perfeita na matemática – treina e exercita nosso pensamento, purifica-o das sensações e opiniões e o prepara para a intelectual, que conhece as essências das coisas ou o que Platão denomina com a palavra *ideia*. As idéias são a realidade verdadeira e conhecê-las é ter conhecimento verdadeiro.

A ironia e a maiêutica socráticas são transformadas por Platão num procedimento denominado por ele de **dialética**, que consiste em trabalhar expondo e examinando teses contrárias sobre um mesmo assunto ou sobre uma mesma coisa, de maneira a descobrir qual das tese é falsa e deve ser abandonada e qual é verdadeira e deve ser conservada. A finalidade do percurso dialético ou do exercício dialético é proporcionar, ao seu término, a intuição intelectual de uma essência ou ideia.

Aristóteles distingue sete formas ou graus de conhecimento: sensação, percepção, imaginação, memória, raciocínio e intuição. Enquanto Platão concebia o conhecimento como abandono de um grau inferior por um superior, para Aristóteles, nosso conhecimento vai sendo formado e enriquecido por acumulação das informações trazidas por todos os graus, de modo que, em lugar de uma ruptura entre o conhecimento sensível e o intelectual, há continuidade entre eles. Assim, as informações trazidas pelas sensações se organizam e permitem a percepção. As percepções se organizam e permitem a imaginação. Juntas, percepção e imaginação conduzem à memória, à linguagem e ao raciocínio.

Aristóteles concebe, porém, uma separação entre os seis primeiros graus e o último ou a intuição intelectual, que é o ato do pensamento puro e não depende dos graus anteriores. Essa separação, porém, não significa que os outros graus ofereçam conhecimentos ilusórios ou falsos e sim que oferecem tipos de conhecimentos diferentes, que vão de um grau menor a um grau maior de verdade.

Em cada um deles temos acesso a um aspecto do Ser ou da realidade e, na intuição intelectual, temos o conhecimento dos princípios universais e necessários do pensamento (identidade, não-contradição, terceiro excluído) e dos primeiros princípios e das primeiras causas da realidade ou do Ser. A diferença entre os seis primeiros graus e o último decorre da diferença do objeto do conhecimento, isto é, os seis primeiros graus conhecem objetos que se oferecem a nós na sensação, na imaginação, no raciocínio, enquanto o sétimo lida com princípios e causas primeiras, isto é, com o que só pode ser alcançado pelo pensamento puro. Ou seja, nos outros graus, o conhecimento é obtido por indução ou por dedução, por demonstração e prova, mas no último grau conhecemos o que é indemonstrável (princípios) porque é condição de todas as demonstrações e raciocínios.

**Princípios gerais**

Com os filósofos gregos, estabeleceram-se alguns princípios gerais do conhecimento verdadeiro:

a determinação das fontes e formas do conhecimento: sensação, percepção, imaginação, memória, linguagem, raciocínio e intuição intelectual;

a distinção entre o conhecimento sensível e o conhecimento intelectual;

o papel da linguagem no conhecimento;

a diferença entre opinião e saber ou conhecimento verdadeiro;

a diferença entre aparência e essência;

a definição dos princípios do pensamento verdadeiro (identidade, não-contradição, terceiro excluído), da forma do conhecimento verdadeiro (idéias, conceitos e juízos) e dos procedimentos para alcançar o conhecimento verdadeiro (indução, dedução, intuição);

a distinção dos campos do conhecimento verdadeiro segundo os objetos conhecidos em cada um deles, distinção que foi sistematizada por Aristóteles em três ramos: **teorético** (referente aos seres que apenas podemos contemplar ou observar, sem agir sobre eles ou neles interferir), **prático** (referente às ações humanas: ética, política e economia) e **técnico** (referente à fabricação de instrumentos e de objetos e ao trabalho humano, o qual pode interferir no curso da natureza – como a agricultura e a medicina –, e fabricar instrumentos ou artefatos – como os artesanatos, a arquitetura, a escultura, a poesia, a retórica, etc.).

REFERÊNCIA: CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2005)



INSTITUTO DE CIENCIAS JURÍDICAS

CURSO DE DIREITO

PROFESSOR: ANICETO CIRINO DA SILVA FILHO

DISCIPLINA: FILOSOFIA GERAL E DO DIREITO

ALUNO(A):.....................................................................

AULA No 05

**A PREOCUPAÇÃO COM O CONHECIMENTO** (CHAUÍ, 2005 p.121-124)

**Os filósofos modernos e a teoria do conhecimento**

Quando se diz que a teoria do conhecimento tornou-se uma disciplina específica da Filosofia somente com os filósofos modernos (a partir do século XVII) não se pretende dizer que antes deles o problema do conhecimento não havia ocupado outros filósofos, e sim que, para os modernos, a questão do conhecimento foi considerada anterior à da ontologia e pré-condição ou pré-requisito para a Filosofia e as ciências.

Por que essa mudança de perspectiva dos gregos para os modernos? Porque a Filosofia moderna pressupõe a presença do cristianismo, o qual trouxe questões e problemas que os antigos filósofos desconheciam.

A perspectiva cristã introduziu algumas distinções que romperam com a ideia grega de uma participação direta e harmoniosa entre o nosso intelecto e a verdade, nosso ser e o mundo, pois os filósofos antigos consideravam que éramos entes participantes de todas as formas de realidade: por nosso corpo, participamos da natureza; por nossa alma, participamos da inteligência divina.

O cristianismo fez distinção entre fé e razão, porém, parte da concepção judaica de uma separação entre o homem e Deus, causada pelo pecado original ou pela queda do primeiro homem e da primeira mulher; pelo pecado, os humanos ficaram separados da inteligência divina e perderam os laços harmoniosos com a natureza. Dessa maneira o cristianismo afirmou que o erro e a ilusão são parte da natureza humana em decorrência do caráter pervertido de nossa vontade, após o pecado original. Criados com uma inteligência perfeita e uma vontade livre, o primeiro homem e a primeira mulher usaram a liberdade para transgredir a ordem de Deus, que lhes proibia o conhecimento do bem e do mal. Por orgulho, Adão e Eva infringiram a lei divina e, ao fazê-lo, foram punidos, perdendo o contato com Deus e a verdade, a imortalidade de seus corpos, a perfeição da inteligência e da vontade, caindo para sempre no erro e na ilusão.

Em consequência da concepção cristã do ser humano, a Filosofia precisou enfrentar problemas novos:

1. Como, sendo seres decaídos e pervertidos, podemos conhecer a verdade?

2. Ao introduzir a noção de pecado original, o cristianismo introduziu a separação radical entre os humanos (pervertidos e finitos) e a divindade (perfeição e infinita). Com isso, fez surgir a pergunta: como o finito (humano) pode conhecer a verdade (infinita e divina)?

 Eis por que, durante toda Idade Média a fé torrnou-se central para a Filosofia, pois era por meio dela que essas perguntas eram respondidas. Misericordioso, Deus prometeu aos homens a redenção e para isso enviou seu Filho para salvá-los. Crer no Filho é ter a suprema virtude, a fé, que ilumina nosso intelecto e guia a nossa vontade, permitindo à nossa razão o conhecimento do que está ao seu alcance, ao mesmo tempo que a nossa alma aceita as verdades superiores, reveladas por Deus e contidas nas Escrituras Sagradas. Com isso, o cristianismo introduziu uma distinção impensável para os filósofos antigos, qual seja, a distinção entre verdade de razão e verdade de fé, ou entre o conhecimento que a nossa razão pode alcançar por si mesma e o conhecimento que só alcançamos por meio de uma revelação divina. As verdades que dependem de revelação divina são aquelas que nossa razão finita e imperfeita não só não pode alcançar sozinha como são, sobretudo, aquelas que só podemos aceitar sem compreender (como é o caso, por exemplo, da Encarnação do Filho de Deus, ou a Santíssima Trindade, ou a Eucaristia). Em outras palavras, as verdades da fé são *mistérios*. Há, portanto, duas maneiras de conhecer: pela atividade da razão ou luz natural e pela aceitação da revelação ou luz sobrenatural.

 Visto que a verdade, tanto de razão como de fé, tem sua origem na sabedoria e inteligência de Deus (pois este é o criador de todas as coisas), a verdade, dividida para nós, é indivisa e uma em si mesma. Isso significa, em primeiro lugar, que não pode haver contradição entre verdades da fé e da razão, pois a verdade não pode contradizer a verdade, e, em segundo, se houver alguma contradição, as verdades de razão devem ser abandonadas em proveito das verdades da fé, uma vez que a razão humana está sujeita ao erro e ao falso. O conhecimento racional, mesmo que não dependa fé, subordina-se a ela.

 Além das distinções das verdades, o cristianismo trouxe a ideia de que a *causa* da verdade é a inteligência divina enquanto a *causa do erro e do falso* é a vontade humana, cuja liberdade perversa polui nossa inteligência ou razão. Essa ideia cristã foi fundamentada particularmente com Santo Agostinho na idéia de **pessoa**, vinda do Direito Romano, que define a pessoa como um sujeito de direitos e de deveres. Se somos pessoas, dizem os cristãos, somos responsáveis por nossos atos e pensamentos. Nossa pessoa é nossa *consciência*, que é nossa alma dotada de vontade, imaginação, memória e inteligência. A verdade se torna, portanto, uma questão de consciência.

A vontade é livre e, aprisionada num corpo passional e fraco, pode mergulhar nossa alma na ilusão e no erro. Estar no erro ou na verdade dependerá, portanto, de nós mesmos, de nossa consciência, e por isso precisamos saber se podemos ou não conhecer a verdade e em que condições tal conhecimento é possível. Os primeiros filósofos cristãos e os medievais afirmavam que podemos conhecer a verdade, desde que a razão não contradiga a fé e se submeta a ela no tocante às verdades últimas e principais.

Os filósofos modernos, porém, não aceitaram essas respostas e por esse motivo a questão do conhecimento tornou-se central para eles.

Os filósofos gregos se surpreendiam que pudesse haver erro, ilusão e mentira. Como a verdade – *aletheia* – era concebida como presença e manifestação do verdadeiro aos nossos sentidos ou ao nosso intelecto, isto é, como presença do Ser à nossa experiência sensível e/ou ao puro pensamento, a pergunta filosófica só podia ser: “Como é possível o erro ou a ilusão?” Ou seja, se o verdadeiro é o próprio Ser fazendo-se ver em todas as coisas, presentes em nossas percepções, em nossas palavras, em nossos pensamentos, como o falso é possível se o falso é dizer e pensar que existe o que não existe? Como é possível ver o que não é, dizer o que não é, pensar o que não é?

Para os modernos, a situação é exatamente contrária. Perguntam: “Como o conhecimento da verdade é possível?” de fato, se a verdade é o que está no intelecto infinito de Deus, então está escondida de nossa razão finita e não temos acesso a ela. A verdade, portanto, não é o que está manifesto na realidade, mas depende da revelação divina. Ora, a revelação só é conhecida pela fé e para esta verdade é *emunah*, a confiança que nos leva a dizer “assim seja” e que nossa razão não pode entender. Por outro lado, visto que nosso intelecto limitado foi pervertido pela nossa vontade pecadora, como podemos conhecer até mesmo as verdades de razão, isto é, as que estariam ao nosso alcance sem o auxílio da revelação e da fé? Ou seja, até que ponto podemos admitir que nossa razão ou luz natural é capaz de um saber verdadeiro?

Por isso mesmo, os filósofos modernos observaram que as verdades de fé haviam influenciado a própria maneira de conceber as verdades de razão. De fato, uma verdade de fé, é algo proferido e proclamado por uma autoridade inquestionável (Deus, anjos, santos) e esse aspecto, como que “contaminou” as verdades de razão, fazendo com que os filósofos só aceitassem uma ideia se esta viesse com o selo de alguma autoridade reconhecida pela igreja. Assim, mesmo uma verdade que podia ser alcançada por nossa razão só era aceita se fosse autorizada por alguém considerado superior (um filósofo antigo, um santo, um papa, um concílio eclesiástico, etc.). E essa autoridade era maior se estivesse situada no passado distante e suas idéias conhecidas pela leitura de livros ou por lições de escola.

A primeira tarefa que os modernos se deram foi o de recusar o poder de autoridades sobre a razão, seja a autoridade das igrejas, seja a das escolas e dos livros. Começam, por isso, separando a fé de razão, considerando cada uma delas voltada para conhecimentos diferentes e sem que uma deva subordinar-se à outra. Prosseguem fazendo a crítica da autoridade atribuída à tradição, aos livros dos antigos e ao ensinamento das escolas. E passam a explicar como a razão e o pensamento podem tornar-se mais fortes do que a vontade e controlá-la para que evite o erro.

O problema do conhecimento torna-se, portanto, crucial e a Filosofia precisa começar pelo exame da capacidade humana de conhecer, pelo entendimento, o estudo da própria razão humana ou de nosso intelecto ou entendimento. Com isso, o ponto de partida dos modernos é o *sujeito do conhecimento.* Os dois filósofos que, no século XVII, iniciam esse trabalho são o inglês Francis Bacon e o francês René Descartes. O filósofo que propõe, pela primeira vez, uma teoria do conhecimento propriamente dita é o inglês John Locke. Podemos dizer que a partir do século XVII, portanto, a teoria do conhecimento torna-se uma disciplina crucial da Filosofia.

**Bacon e Descartes**

Como dissemos, os gregos indagavam: “Como o erro é possível?” Os modernos perguntaram: “Como a verdade é possível?”. Para os gregos, a verdade era *alétheia*, para os modernos, *veritas*. Em outras palavras, para os modernos trata-se de compreender e explicar como os relatos mentais – nossas idéias – correspondem ao que se passa verdadeiramente na realidade. Apesar dessas diferenças, os filósofos retomaram o modo de trabalhar filosoficamente proposto por Sócrates, Platão e Aristóteles, qual seja, começar pelo exame das opiniões contrárias e ilusórias para ultrapassá-las em direção à verdade.

Antes de abordar o conhecimento verdadeiro, Bacon e Descartes examinaram exaustivamente as causas e as formas do erro, inaugurando um estilo filosófico que permanecerá na Filosofia, isto é, a análise das causas e formas dos preconceitos.

**Bacon**

Bacon elaborou uma teoria conhecida como a *crítica dos ídolos*(a palavra *ídolon* vem do grego *eidolon* e significa “imagem”).

De acordo com Bacon, existem quatro tipos de ídolos ou de imagens que formam opiniões cristalizadas e preconceitos, que impedem o conhecimento da verdade:

1. *ídolos da caverna* (a caverna de que fala Bacon é a do *mito da caverna*): as opiniões que se formam em nós por erros e defeitos de nossos órgãos dos sentidos. São os mais fáceis de serem corrigidos por nosso intelecto;

**2**. *ídolos do fórum* (o fórum era o lugar das discussões e dos debates públicos na Roma antiga): são as opiniões que se formam em nós como consequência da linguagem e de nossas relações com os outros. São difíceis de vencerem vencidos, mas o intelecto tem poder sobre eles;

3. *ídolos do teatro* (o teatro é o lugar em ficamos passivos, onde somos apenas espectadores e receptores de mensagens): são as opiniões formadas em nós em decorrência dos poderes das autoridades que nos impõem seus pontos de vista e os transformam em decretos e leis inquestionáveis. Só podem ser refeitos se houver uma mudança social e política;

4. *ídolos da tribo* (a tribo é um agrupamento humano em que todos possuem a mesma origem, o mesmo destino, as mesmas características e os mesmos comportamentos): são as opiniões que se formam em nós em decorrência de nossa natureza humana. São próprios da espécie humana e só podem ser vencidos se houver uma reforma da própria natureza humana.

 A demolição dos ídolos é, portanto, uma reforma do intelecto, dos conhecimentos e da sociedade. Para os dois primeiros, Bacon propõe a instauração de um **método**, definido como o modo seguro de “aplicar a razão à experiência”, isto é, de aplicar o pensamento lógico aos dados oferecidos pelo conhecimento sensível. O método deve tornar possível:

1. organizar e controlar os dados recebidos da experiência sensível, graças a procedimentos adequados de observação e de experimentação;
2. organizar e controlar os resultados observacionais e experimentais para chegar a conhecimentos novos ou à formulação de teorias verdadeiras;
3. desenvolver procedimentos adequados para a aplicação prática dos resultados teóricos, pois para ele o homem é “ministro da natureza” e, se souber conhecê-la (obedecer-lhe, diz Bacon), poderá comandá-la. O método, diz Bacon, é o modo seguro e certo de “aplicar a razão à experiência”, isto é, de aplicar o pensamento verdadeiro aos dados oferecidos pelo conhecimento sensível.

Bacon acreditava que o avanço dos conhecimentos e das técnicas, as mudanças sociais e políticas e o desenvolvimento das ciências e da Filosofia propiciariam uma grande reforma do conhecimento humano, que seria também uma grande reforma na vida humana. Tanto assim que, ao lado de suas obras filosóficas, escreveu uma obra filosófico-política, a *Nova Atlântida*, na qual descreve e narra uma sociedade ideal e perfeita, nascida do conhecimento verdadeiro e do desenvolvimento das técnicas.

**Descartes**

Descartes localizava a origem do erro em duas atitudes que chamou de atitudes infantis ou preconceitos da infância:

1. a *prevenção*, que é a facilidade com que nosso espírito se deixa levar pelas opiniões e idéias alheias, sem se preocupar em verificar se são ou não verdadeiras. São as opiniões que se cristalizam em nós sob a forma de preconceitos (colocados em nós por pais, professores, livros, autoridades) e que escravizam nosso pensamento, impedindo-nos de pensar e de investigar;

2. a *precipitação*, que é a facilidade e a velocidade com que nossa vontade nos faz emitir juízos sobre as coisas antes de verificarmos se nossas idéias são ou não são verdadeiras. São opiniões que emitimos em consequência de nossa vontade ser mais forte e poderosa que nosso intelecto. Originam-se no conhecimento sensível, na imaginação, na linguagem e na memória.

Essas duas atitudes indicam que, para Descartes, o erro situa-se no conhecimento sensível (isto é, sensação, percepção, imaginação, memória, e linguagem), de maneira que o conhecimento verdadeiro é puramente intelectual, isto é, fundado apenas nas operações de nosso intelecto ou entendimento e tem como ponto de partida ou idéias inatas (existentes em nossa razão) ou observações que foram inteiramente controladas pelo pensamento.

Como Bacon, Descartes também está convencido de que é possível vencer os defeitos no conhecimento, por meio de uma reforma do entendimento e das ciências. (Diferentemente de Bacon, Descartes não vê a necessidade de essa reforma também exigir mudanças sociais e políticas.)

Essa reforma pode ser feita pelo sujeito do conhecimento quando este compreende a necessidade de encontrar fundamentos seguros para o saber e se, para tanto, instituir um **método**.

Os objetivos principais do método são:

1. assegurar a reforma do intelecto para que este siga o caminho seguro da verdade (portanto, afastar a prevenção e a precipitação);
2. oferecer procedimentos pelos quais a razão possa controlar-se a si mesma durante o processo de conhecimento sobre sabendo que caminho percorrer e sabendo reconhecer se um resultado obtido é verdadeiro ou não;
3. permitir a ampliação ou o aumento dos conhecimentos graças a procedimentos seguros que permitam passar do já conhecido ao desconhecido;
4. oferecer os meios para que os novos conhecimentos possam ser aplicados, pois o saber deve, no dizer de Descartes, tornar o homem “senhor da natureza”.

Por que o método se torna necessário?

 Feitas as críticas à autoridade das escolas e dos livros, tradição e dos preconceitos, o sujeito do conhecimento descobre-se como uma consciência que parece não poder contar com o auxílio do mundo para guiá-lo, desconfia dos conhecimentos sensíveis e dos conhecimentos herdados. Está só. Conta apenas com o seu próprio pensamento. Sua solidão torna indispensável um método que possa guiar o pensamento em direção aos conhecimentos verdadeiros e distingui-los dos falsos. Eis por que Descartes escreve *Discurso do método* e *Regras para a direção do espírito*. Sobre o método, diz ele, na regra IV das *Regras*:

*Por método, entendo regras certas e fáceis, graças às quais todos os que as observem exatamente jamais tomarão como verdadeiro aquilo que é falso e chegarão, sem se cansar com esforços inúteis e aumentando progressivamente sua Ciência, ao conhecimento verdadeiro de tudo o que lhes é possível esperar.*

 Descartes, portanto, define o método como um conjunto de regras cujas características principais são três:

1. certas (o método dá segurança ao pensamento);
2. fáceis (o método evita complicações e esforços inúteis);
3. amplas (o método deve permitir que se alcance todos os conhecimentos possíveis para o entendimento humano).

Descartes elabora quatro grandes regras do método:

1. *regras da evidência*: só admitir como verdadeiro um conhecimento evidente, isto é, no qual e sobre qual não caiba a menor dúvida. Para isso Descartes criou um procedimento, a **dúvida metódica** (que, como já vimos, é a decisão de não aceitar nenhum pensamento ou nenhuma ideia em que possa haver a menor dúvida), pelo qual o sujeito do conhecimento, analisando cada um de seus conhecimentos, conhece e avalia as fontes e as causas de cada um, a forma e o conteúdo de cada um, a falsidade e a verdade de cada um e encontra meios para livrar-se de tudo quanto seja duvidoso perante o pensamento;
2. *regra da divisão (análise)*: para conhecermos realidades complexas precisamos dividir as dificuldades e os problemas em suas parcelas mais simples, examinando cada uma delas em conformidade com a regra da evidência;
3. *regra da ordem (síntese*): os pensamentos devem ser ordenados em séries que vão dos mais simples aos mais complexos, dos mais fáceis aos mais difíceis, pois a ordem consiste em distribuir os conhecimentos de tal maneira que possamos passar do conhecido ao desconhecido;
4. *regra da enumeração:*  a cada conhecimento novo obtido, fazer a revisão completa dos dados, dos resultados parciais e dos encadeamentos que permitiram chegar ao novo conhecimento.

**Locke**

John Locke é o iniciador da teoria do conhecimento propriamente dita porque se propõe a analisar cada uma das formas de conhecimento que possuímos, a origem de nossas idéias e nossos discursos, a finalidade das teorias e as capacidades do sujeito cognoscente relacionadas com os objetos que ele pode conhecer.

Seguindo a trilha que fora aberta por Aristóteles, Locke também distingue graus de conhecimento, começando pelas sensações até chegar ao

pensamento.

Logo na abertura de sua obra, o *Ensaio sobre o entendimento humano*, Locke escreve:

Visto que o entendimento situa o homem acima dos outros seres sensíveis e dá-lhe toda vantagem e todo domínio que tem sobre eles, seu estudo consiste certamente num tópico que, por sua nobreza, é merecedor de nosso trabalho de investigá-lo. O entendimento, como o olho, que nos faz ver e perceber todas as outras coisas, não se observa a si mesmo; requer arte e esforço situá-lo à distância e fazê-lo seu próprio objeto.

Assim como o olho, que faz ver e não se vê a si mesmo, o entendimento humano faz conhecer, mas não se conhece a si mesmo. Para conhecer-se, isto é, para que o entendimento torne-se um objeto de conhecimento para si mesmo, “requer arte esforço”. Como Descartes e Bacon, Locke afirma a necessidade do entendimento examinar a si mesmo. Como Bacon e Descartes, Locke também considera que é necessário esforço, trabalho decisão para fazer o entendimento tornar-se a si mesmo como objeto de investigação. Porém, assim como Aristóteles diferia de Platão, Locke difere de Descartes.

Platão e Descartes separam, de um lado, a experiência sensível, que pode estar sujeita ao erro, e, de outro, o conhecimento verdadeiro, que é puramente intelectual. Descartes, porém, difere de Platão, porque considera que o conhecimento sensível pode e deve ser empregado por nós, desde que submetido ao método e controlado pelo entendimento. Aristóteles e Locke consideram que o conhecimento se realiza por graus contínuos, partindo da sensação partindo da sensação até chegar às ideias. No entanto, Locke difere de Aristóteles porque, para este, os princípios do pensamento e da realidade não são conhecidos por experiência sensível nem procedem da experiência sensível, mas são conhecidos apenas pelo puro pensamento ou pela intuição intelectual. Para Locke, porém, todas as ideias e todos os princípios do conhecimento do conhecimento derivam da experiência sensível. Em outras palavras, o intelecto recebe da experiência sensível todo o material do conhecimento e por esse motivo pode-se dizer que não há nada em nosso entendimento que não tenha vindo das sensações.

*Suponhamos que o nosso espírito seja, por assim dizer, uma folha em branco, sem letra, sem nenhuma idéia. Como estas chegam ali? (...) De onde procede todo material da razão e do conhecimento? Respondo com uma só palavra: da experiência. Todo nosso conhecimento se baseia nela e dela provém em última instância.*

Como se forma os conhecimentos? Por um processo de combinação e associação dos dados da experiência. Por meio das sensações, recebemos as impressões das coisas externas; essas impressões formam o que Locke chama de idéias simples. Por sua vez, nas percepções, essas impressões ou idéias simples se associam por semelhanças e diferenças, formando idéias complexas ou compostas. Por intermédio de novas combinações e associações, essas idéias se tornarão mais complexas na razão, que forma as idéias abstratas ou gerais, como as idéias de substancia, corpo, alma, Deus, natureza, etc., bem como as idéias das relações entre essas idéias complexas, como as idéias de identidade, causalidade, finalidade, etc. A formação das idéias na sensação, na percepção e na razão se faz por *um processo de generalização* pelo qual, a cada passo, eliminamos as diferenças para ficar com as semelhanças e os traços comuns, cujo conjunto forma uma idéia complexa geral ou universal.

Tudo o que sabemos existir nos é dado pelas sensações e percepções, portanto, pela experiência. Visto que a experiência nos mostra e nos dá a conhecer apenas coisas particulares ou singulares, somente elas existem. Por conseguinte, as idéias gerais ou universais não correspondem a realidade ou a essências existentes, mas são *nomes* que instituímos por convenção para organizar nossos pensamentos e nosso discursos. Assim, por exemplo, nossos olhos sentem ou percebem objetos coloridos e não *a cor* (isto é, percebemos cores determinadas que existem nos objetos particulares da visão). Da mesma forma, nossos olhos percebem objetos luminosos ou com luminosidades diferentes, mas não percebem *a luz*. Nossa razão, recebendo as percepções singulares dos objetos coloridos e dos objetos luminosos, combina e organiza essas sensações e percepções, abstrai dos objetos (isto é, separa) as qualidades coloridas e luminosas e com elas forma as idéias universais “de cor”, e “de luz”. Não existe “a cor”, mas objetos singulares coloridos tais como os percebemos – “a cor” é um nome geral com que a nossa razão organiza nossas sensações visuais. Do mesmo modo, não existe “a luz” e sim objetos luminosos tais como o percebemos – “a luz” é um nome geral com que nossa razão organiza nossas sensações visuais. Por isso se diz que Locke é **nominalista**.

**Racionalismo e empirismo**

Na história da Filosofia e da epistemologia, a diferença de perspectiva entre Descartes e Locke levou a distinguir as duas grandes orientações da teoria do conhecimento: **racionalismo** e o **empirismo**.

Para o racionalismo, a razão, tomada em si mesma e sem apoio da experiência sensível, é o fundamento e a fonte do conhecimento verdadeiro. O valor e o sentido da experiência sensível, bem como seu uso na produção de conhecimento dependem de princípios, regras e normas estabelecidos pela razão. Em outras palavras, a razão controla a experiência sensível para que esta possa participar do conhecimento verdadeiro. Para o racionalismo, o modelo perfeito de conhecimento verdadeiro é a matemática, que depende exclusivamente do uso da razão e que usa a percepção sensível (por exemplo, para construir figuras geométricas) sob o controle da atividade do intelecto.

Para o empirismo, o fundamento e a fonte de todo e qualquer conhecimento é a experiência sensível, responsável pela existência das idéias na razão e controlando o trabalho da própria razão, pois o valor e o sentido da atividade racional dependem do que é determinado pela experiência sensível. Para os empiristas, o modelo do conhecimento verdadeiro é dado pelas ciências naturais ou ciências experimentais, como a física e a química.